



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

0300967-73.2018.8.24.0235, oriundos, também, do Foro Regional de Pinhais (autos n. 0012160-10.2018.8.16.0033) em que foi deferida a busca e apreensão em face da Andrade Construções Ltda, do caminhão Marca Volvo do Brasil Veículos Ltda, Mod. VM 270 4X2 EURO 5., ano mod. 2015, ano fab. 2015, chassi/série n. 93KK0R1A0FE153815, cor branca e de uma carroceria marca Librelato S.A Implementos Rodoviários, mod. Carroceria Metálica basc. Capac de 3 a 40, ano mod. 2015, ano fab. 2015, chassi/série n. SC0LB10236F03284.

Observa-se que esses bens também são considerados essenciais às atividades tanto da transportadora que realiza transportes rodoviários de cargas intermunicipal, interestadual e internacional, como da empresa de construções, responsável por construção civil, terraplanagem, escavações, prestação de serviços na coleta e reciclagem de lixo e entulhos, limpeza e conservação (pgs. 47, 77, 272, 275).

Além disso, conforme recentemente decidiu o Superior Tribunal de Justiça, *"a avaliação quanto à essencialidade de determinado bem de capital, objeto de garantia fiduciária, ao desenvolvimento da atividade empresarial — absolutamente pertinente ao Juízo da recuperação judicial, o qual detém todas informações relacionadas à real situação econômico-financeira da recuperanda — mostra-se indispensável ao soerguimento da empresa"* (STJ. REsp 1758746/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018).

Desse modo, tendo o presente Juízo, deferido o processamento de recuperação judicial, evidencia-se competente para análise da essencialidade dos bens das recuperandas, bem como para determinar sua restituição e/ou manutenção em posse da requerida pelo período de 180 dias previsto na Lei n. 11.101/20015, art. 6º, § 4º. Desse modo, o pedido de restituição deve ser deferido.

3.4 Do pedido de dispensa de apresentação de certidão de Recuperação Judicial para participar de licitações e receber pagamentos da administração pública.

A parte requerente sustenta que necessita de ordem judicial para

[Assinatura manuscrita]



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

dispensa de apresentação da certidão mencionada na Lei de Licitações, art. 31, II - "certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física". Para tanto, argumenta que vedar o acesso às empresas em recuperação judicial de participarem de licitações significa impedi-las de se recuperarem, conduzindo-as à falência. Ainda, sustenta que o texto da lei fala em concordata e não em recuperação judicial de modo que não há como interpretar a lei de forma extensiva.

A respeito do assunto, há decisão recente do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTICIPAÇÃO. POSSIBILIDADE. CERTIDÃO DE FALÊNCIA OU CONCORDATA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. DESCABIMENTO. APTIDÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. COMPROVAÇÃO. OUTROS MEIOS. NECESSIDADE.

[...]

2. Conquanto a Lei n. 11.101/2005 tenha substituído a figura da concordata pelos institutos da recuperação judicial e extrajudicial, o art. 31 da Lei n. 8.666/1993 não teve o texto alterado para se amoldar à nova sistemática, tampouco foi derogado.

3. À luz do princípio da legalidade, "é vedado à Administração levar a termo interpretação extensiva ou restritiva de direitos, quando a lei assim não o dispuser de forma expressa" (AgRg no RMS 44099/ES, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016).

4. Inexistindo autorização legislativa, incabível a automática inabilitação de empresas submetidas à Lei n. 11.101/2005 unicamente pela não apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, principalmente considerando o disposto no art. 52, I, daquele normativo, que prevê a possibilidade de contratação com o poder público, o que, em regra geral, pressupõe a participação prévia em licitação.

5. O escopo primordial da Lei n. 11.101/2005, nos termos do art. 47, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

6. A interpretação sistemática dos dispositivos das Leis n. 8.666/1993 e n. 11.101/2005 leva à conclusão de que é possível uma ponderação equilibrada dos princípios nelas contidos, pois a preservação da empresa, de sua função social e do estímulo à atividade econômica atendem também, em última análise, ao interesse da coletividade, uma vez que se busca a manutenção da fonte produtora, dos postos de trabalho e dos interesses dos credores.

7. A exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

8. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial.

Ademais, extrai-se do voto do Relator Min. Gurgel de Faria:

[...] Com efeito, penso que negar à pessoa jurídica em crise econômico-financeira o direito de participar de licitações públicas, única e exclusivamente pela ausência de entrega da certidão negativa de recuperação judicial, vai de encontro ao sentido atribuído pelo legislador ao instituto recuperacional.

É necessário que se adotem providências a fim de avaliar se a empresa Recuperanda participante do certame, caso seja vencedora, tem condições de suportar os custos da execução do contrato. Significa dizer, é preciso aferir se a empresa sujeita ao regime da Lei n. 11.101/2005 possui aptidão econômica e financeira.

Daí se infere que a dispensa de apresentação de certidão negativa não exime a empresa em recuperação judicial de comprovar a sua capacidade econômica para poder participar da licitação.

Sobre o tema, a Advocacia Geral da União já se manifestou em sentido favorável à participação, por meio do Parecer n. 45/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, no qual ponderou que as fases do processamento da recuperação judicial ocasionam situações processuais distintas: na fase postulatória, a empresa faz o pedido ao juízo falimentar, que pode deferir-lo ou não; já na fase deliberativa, o juiz defere a recuperação judicial, após a aprovação do plano submetido à assembleia geral de credores, ou ausência de objeção a ele.

Na primeira fase, a empresa requerente confessa seu estado de insolvência sem, contudo, comprovar a aptidão econômico-financeira, a qual apenas se dará com a aprovação e a homologação do plano de recuperação, nos termos do art. 58 da Lei n. 11.101/2005.

Assim, como bem pontuou a AGU em seu respeitável parecer, a apresentação de certidão positiva de recuperação não implica a imediata inabilitação, cabendo ao pregoeiro ou à comissão de licitação diligenciar a fim de avaliar a real situação de capacidade econômico-financeira da empresa licitante (STJ. AREsp 309.867/ES, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 08/08/2018).

E, ainda:

Agravo regimental em medida cautelar. Liminar deferida para conferir efeito suspensivo ao recurso especial admitido. Licitações e contratos. Necessidade de empresa em recuperação judicial apresentar certidão prevista no art. 31, II, da Lei 8.666/1993. Questão inédita. Atividade empresarial. Renda totalmente obtida por contratos com entes públicos. *Periculum in mora inverso* evidenciado. Questão inédita. Inexistência dos requisitos ensejadores do deferimento da medida. Agravo regimental provido. Liminar cassada. Extinção da medida cautelar sem julgamento de mérito.

1. A jurisprudência pacífica desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a concessão de provimento liminar em medidas cautelares reclama a satisfação cumulativa dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. O primeiro consubstancia-se no fato de o direito alegado no recurso



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

fls. 1187

ser plausível e encontrar amparo em entendimentos deste Superior Tribunal e o segundo remonta-se à possibilidade de perecimento do direito caso a medida não seja deferida.

2. O Tribunal de origem exarou decisão no sentido de permitir que a agravante, pessoa jurídica em recuperação judicial, continuasse a participar de licitações públicas, “sem apresentação da certidão negativa de recuperação judicial”, salientando, para tanto, que essa “possui todas as certidões negativas ínsitas no art. 31 da Lei 8.666/1993, sendo certo que, por estar em recuperação judicial, não seria capaz de apresentar apenas a certidão negativa de falência ou concordata”.

3. Quanto ao *fumus boni iuris* – possibilidade de empresa em recuperação judicial ser dispensada de apresentação da certidão ínsita no inciso II, do art. 31, da Lei 8.666/1993, considerando os fins do instituto elencados no art. 47 da Lei 11.101/2005 – para fins de participação em certames, verifica-se que esta Corte Superior de Justiça não possui posicionamento específico quanto ao tema.

4. Nos feitos que contam como parte pessoas jurídicas em processo de recuperação judicial, a jurisprudência do STJ tem se orientado no sentido de se viabilizarem procedimentos aptos a auxiliar a empresa nessa fase. A propósito, cita-se o REsp 1187404/MT – feito no qual foi relativizada a obrigatoriedade de apresentação de documentos, por parte de empresas sujeitas à Lei 11.101/2005, para fins obtenção de parcelamento tributário. Restou consignado que: “em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade à recuperação judicial, é desnecessário comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei nº 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial” (REsp 1187404/MT, Rel. Min. Luis Felipe Salomão).

5. O fato de o pleito deduzido no especial não encontrar amparo em qualquer precedente desta Corte, somando à tese adotada, em situações similares, no sentido de relativizar as exigências documentais, previstas em lei, para que empresas em recuperação judicial possam lograr êxito em seu plano recuperatório, afastam, da espécie, o *fumus boni iuris*.

6. Não resta evidenciada a alegação de ser o provimento assegurado pela instância a *quo* genérico com efeito *erga omnes*. O Tribunal a *quo* não autorizou a recorrida a participar sumariamente de toda e qualquer licitação sem apresentação de quaisquer documentos previstos na lei de regência. Afastou a apresentação de uma certidão: a certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7. O *periculum in mora* não foi demonstrado, pois o agravado não foi capaz de demonstrar o perecimento de seu direito. Aliás, ao contrário, visualiza-se na espécie, possível ocorrência de *periculum in mora inverso*, pois, tendo a agravante focado sua atividade empresarial em contratos com os entes públicos, constituindo-se em 100% de sua fonte de receitas, a subsistência da liminar em tela poderá comprometer a sua existência.

8. Agravo regimental provido, cassando a liminar anteriormente deferida e julgando extinta, sem julgamento de mérito, a presente Medida Cautelar (grifei) (Agravo Regimental na Medida Cautelar 23.499/RS, Rel. Min. Humberto Martins, Rel. para o acórdão Min. Mauro Campbell, julgado em 18.12.2014, DJe de 19.12.2014).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

Desse modo, presente a probabilidade do direito no fato de que "a apresentação de certidão positiva de recuperação não implica a imediata inabilitação à contratação com o poder público" até porque as requerentes ajuizaram o presente feito justamente para se recuperarem economicamente, bem como o perigo da demora inverso no fato de que o impedimento da participação das requerentes em certames públicos as impediria de superar a crise. Outrossim, consoante o teor da jurisprudência recentemente mencionada, o pleito liminar deve ser deferido a fim de que as autoras sejam dispensadas, por ora, da apresentação de certidão negativa de recuperação judicial para participarem de licitações e receberem pagamentos da administração pública. No entanto, caberá ao pregoeiro ou à comissão de licitação avaliar a demonstração da viabilidade econômica-financeira das empresas na fase de habilitação.

4. Desse modo, **DEFIRO, PARCIALMENTE**, os pedidos de tutela provisória formulados para:

a) **DETERMINAR** que as instituições financeiras mencionadas às pgs. 20-25 da peça inicial se abstenham de efetuarem débitos decorrentes das operações bancárias contraídas antes do pedido de recuperação judicial (considerar o protocolização dos autos em 31.8.2018) nas contas das requerentes e que aguardem a execução do plano de recuperação em relação às operações contraídas anteriormente ao pedido de recuperação judicial;

b) **DETERMINAR** que as instituições financeiras mencionadas às pgs. 27-28 da peça inicial, bem como a Cooperativa de Crédito de Livre admissão de Associados do Vale do Vinho indicada na emenda à pg. 814 abstenham-se de retomar ou consolidar a propriedade: do imóvel em que se encontra estabelecida a sede da empresa Construtora Andrade Ltda, na Rua Adolfo Konder, 225, em Concórdia-SC e dos bens móveis guindaste veicular, retroescavadeiras, caminhões, escavadeiras, empilhadeiras e carrocerias descritos às pgs. 27-28.

c) **DETERMINAR** que o Banco Volvo (Brasil) S.A. restitua, no prazo de dez dias, o caminhão trator marca Volvo do Brasil Veículos Ltda, mod. FH 460 6X2, ano/fab/mod. 2016/2016, chassi: 9BVRG20C9GE837582, cor branca, placas:

Endereço: Rua Nereu Ramos, 388, 3º Andar, Centro - CEP 89610-000, Fone: (49) 3551-4400, Herval d'Oeste-SC - E-mail: herval.unica@tjsc.jus.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

QHZ6834; e o caminhão trator marca Volvo do Brasil Veículos Ltda, mod. FH 460 6X2, ano/fab/mod. 2016/2016, chassi: 9BVRG20C1GE837353, cor branca, placas: QIA 2304 apreendidos em decorrência dos autos n. 0011536-58.2018.8.16.0033 Foro Regional de Pinhais e dos autos n. 0300938-23.2018.8.24.0235 em trâmite nesta comarca de Herval d'Oeste. Ainda DETERMINAR que a mencionada instituição financeira de abstenha de retomar o caminhão Marca Volvo do Brasil Veículos Ltda, Mod. VM 270 4X2 EURO 5., ano mod. 2015, ano fab. 2015, chassi/série n.. 93KK0R1A0FE153815, cor branca e a carroceria marca Librelato S.A Implementos Rodoviários, mod. Carroceria Metálica basc. Capac de 3 a 40, ano mod. 2015, ano fab. 2015, chassi/série n. SC0LB10236F03284) oriundos, também, do Foro Regional de Pinhais (autos n. 0012160-10.2018.8.16.0033) e autos 0300967-73.2018.8.24.0235 desta comarca de Herval d'Oeste até que seja certificado o transcurso do prazo do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005. Ainda, comunique-se ao Juízo da Vara Cível de Pinhais/PR a respeito dessa decisão.

d) **DISPENSAR**, por ora, as recuperandas da apresentação de certidões negativas de recuperação judicial a fim de que possam se habilitar para participarem de licitações e receberem pagamentos da administração pública. No entanto, caberá ao pregoeiro ou à comissão de licitação avaliar a demonstração da viabilidade econômica-financeira das empresas na fase de habilitação.

e) **DISPENSO**, ainda, as autoras de apresentação de certidões negativas de débitos para que possam continuar a exercer suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, salvo o autorizado no item acima, fazendo constar em todos os atos, contratos e documentos firmados a expressão "em Recuperação Judicial" após o nome empresarial (artigos 52, inciso II, parte inicial e 69, da Lei n. 11.101/2005).

f) **SUSPENDO**, com fundamento no artigo 52, inciso III, da Lei n. 11.101/2005, a prescrição e o processamento de todas as ações e execuções ajuizadas contra as **empresas recuperandas, permanecendo os respectivos autos nos Juízos onde se processam**, exceto as ações com quantia ilíquida já em

[Assinatura manuscrita]



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

andamento (artigo 6º, § 1º, da Lei n. 11.101/2005), ações trabalhistas (artigo 6º, § 2º, da Lei n. 11.101/2005) e execuções de natureza fiscal (artigo 6º, § 7º, da Lei n. 11.101/2005), além das ações relativas a créditos excetuados pelo artigo 49, § 3º (proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio), observando-se a decisão proferida acima em relação a essa questão e § 4º (adiantamento a contrato de câmbio para exportação), todos da Lei n. 11.101/2005.

A suspensão fica limitada ao *prazo de 180 (cento e oitenta) dias*, restabelecendo-se, após esse prazo, o direito de continuidade da tramitação dos referidos feitos, independentemente de novo pronunciamento judicial (artigo 6º, § 3º e 4º, da Lei n. 11.101/2005).

Friso que a comunicação da suspensão aos Juízos onde tramitam as ações mencionadas é de responsabilidade das empresas recuperandas (art. 52, § 3º, da Lei n. 11.101/2005).

g) **DETERMINO** às empresas recuperandas a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, *sob pena de destituição de seus administradores* (artigo 52, inciso IV, da Lei n. 11.101/2005).

Em prosseguimento, comuniquem-se às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, pela via postal, acerca do deferimento do processamento da recuperação.

Intime-se o representante do Ministério Público (artigo 52, inciso V, da Lei n. 11.101/2005).

Expeça-se o edital a que se refere o artigo 52, § 1º, da Lei n. 11.101/2005, com a advertência aos credores de que terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar, diretamente ao Administrador Judicial, suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados (artigo 7º, § 1º, da Lei n. 11.101/2005).

[Assinatura manuscrita]



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

Oficie-se à Junta Comercial para que inclua nos registros das empresas recuperandas a observação "em Recuperação Judicial" (artigo 69, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005).

A empresa recuperanda deverá promover a publicação desta decisão em jornal ou revista de grande circulação, salvo comprovada impossibilidade, nos termos do artigo 191 da Lei n. 11.101/2005.

No que tange aos pedidos de habilitação de crédito (p. 1.083-1.087; p. 1.094-1.121; p. 1.122-1.126; 1.162-1.167), desentranhem-os, juntamente com os documentos juntados porquanto não cabe intervenção de terceiros no procedimento de recuperação judicial, bem como não é o momento oportuno para fazê-lo uma vez que as habilitações deverão ser apresentadas ao administrador judicial no prazo previsto no art. 7º, § 1º da Lei n. 11.101/2005.

Sobre os ofícios de p. 1.088-1.090 e 1.091-1.093, da Justiça do Trabalho, caberá ao Administrador observar o item 2 desta decisão.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 26 de outubro de 2018.

Ildo Fabris Junior
Juiz de Direito



DECISÃO

Ação: Recuperação Judicial/PROC

Autor: Andrade Construções Ltda. e outros

Trata-se de pedido de Recuperação Judicial aforado por ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, JSA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA, JSA INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA, CERÂMICA JR LTDA, CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA e CONSTRUTORA ANDRADE LTDA, as quais tiveram o seu processamento deferido em 26 de outubro de 2018 (fls. 1.168-1.190).

Determinada a emenda à inicial (pgs. 575-582), o que foi cumprido às fls. 806-823 e 1.127-1.129.

Pedido de habilitação trabalhista (fls. 1.249-1.250).

Termo de compromisso de administrador judicial (fl. 1.348).

Manifestação do Estado de Santa Catarina (fl. 1.432).

Aportou certidão de habilitação de crédito trabalhista (fl. 1.461).

Manifestação da União (fls. 1.463-1.469).

Decisão determinando o desentranhamento dos pedidos de habilitação de crédito, exceto as trabalhistas, uma vez que deveriam ter sido apresentados ao administrados judicial, não sendo o momento oportuno para fazer nos autos (fls. 1.462 e 1.493).

Edital publicado às fls. 1.494-1.508 e 1.616-1.628.

Pedido de habilitação e informação da interposição de agravo de instrumento (fls. 1.522-1.546).

Sobreveio impugnações sobre a essencialidade do imóvel matriculado sob n. 1209, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia/SC e pedido de reconhecimento de crédito como extraconcursal e não quirografário (fls. 1.650-1.659)

Juntou-se pedido de reconsideração, a fim de que os bancos se abstenham de retomar ou consolidar a propriedade dos bens JEPP COMPASS LIMITED (placas QII0937) e GOL TRENDLINE (placas QIC 4515) (fls. 1.757-1.759).



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

Decisão monocrática do agravo de instrumento (fls. 1.790-1.1796).

Pedido de habilitação (fls. 1.797-1.800) e de levantamento de valores (fls. 1.904).

Impugnação à relação de créditos (fls. 1.966-1.969).

Decisão deferindo em parte o pedido de reconsideração, constando o veículo GOL TRENDLINE (placas QIC 4515) como essencial à manutenção das atividades; indeferindo o inconformismo quanto ao bem imóvel; deixando de analisar a discordância quanto à classificação do crédito, por ser matéria de impugnação específica da publicação da relação do art. 7º, §2º, o que não ocorreu; indeferindo o pedido de liberação de valor, o qual deveria ser inscrito no quadro-geral de credores; determinando que, quanto as habilitações e concordâncias dos valores, sejam observadas às decisões de fls. 1.462 e 1.493 (fls. 2.007-2.10).

Comunicou-se a interposição de agravo de instrumento (fls. 2.078-2.100, 2.140-2.158 e 2.209-2.210).

Manifestação do Ministério Público (fl. 2.136).

Juntaram-se decisão monocrática (fls. 2.259-2.262, 2.342-2.350).

Pedido de retomada dos veículos (fls. 2.364-2.368).

Pedidos de habilitação (fls. 2.494-2.495, 2.498-2.499, 2.534-2.535, 2.575).

Petição informando a ciência e alegando o equívoco da decisão de essencialidade dos bens (fls. 2.606-2.607).

Sobrevieram plano de recuperação e laudo de viabilidade econômico-financeiro (fls. 2.624-2.695) e laudo de avaliação dos bens (fls. 2.698-2.878).

Informação da interposição de agravo de instrumento (fls. 2.907-2.948 e 2.951-2.968).

Decisões monocráticas (fls. 2.982-2.984 e 2.985-2.988).

Informações pela administradora judicial (fls. 2.989-2.991 e 3.013-3.014) e elaboração de relação de credores pela administradora judicial (fls. 3.016-3.025).

Aportou decisão determinando o desentranhamento de impugnações extemporâneas; a suspensão dos pedidos de retomada dos bens essenciais e a expedição de novos ofícios; a publicação do edital de credores e a autuação em



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

separado das impugnações; recebendo o plano de recuperação e determinando a publicação de edital; mantendo a decisão objeto de agravos; determinando o desentranhamento dos pedidos de habilitação de crédito, de pedidos de habilitação para acompanhamento do processo e de impugnações aos créditos (fls. 3.026-3.030).

Decisão monocrática (fls. 2.032-3.034).

Publicação de edital (fls. 3.035-3044 e 3.047-3.052).

Pedido de retificação de crédito (fl. 3.053) e manifestação do Município de Herval d' Oeste/SC (fl. 3.056).

Relação de crédito trabalhistas (fls. 3.059, 3.062-3.064 e 3.345-3.352).

Relatórios mensais elaborado pela administradora judicial (fls. 3.070-3.201, 3.202-3.341).

Publicação de edital (fls. 3.342-3.344).

Aportaram objeções - fls. 3.353 (AGILE DISTRIBUIDORA LTDA); fls. 3.379-3.392 (ITAÚ UNIBANCO S.A), fls. 3.393-3.407 (BANCO CATERPILLAR S/A); fls. 3.442-3.443 (DAY BRASIL S.A); fls. 3.444-3.445 (VALINE ACESSÓRIOS LTDA – EPP); fls. 3.458-3.461 (BANCO VOLKSWAGEN S.A); fls. 3.462-3.463 (DOCOL METAIS SANITÁRIOS LTDA); fls. 3.464-3.497 (BANCO SANTANDER – BRASIL S.A) e fls. 3.500-3.501 (FERRAGENS HLS LTDA).

Acórdão (fls. 3.364-3.378).

Juntaram-se decisão sobre os embargos de declaração proferidos nos autos 0001487-09.2018.8.24.0235 (fls. 3.507-3.511), nos autos 0001488-91.2018.8.24.0235 (fls. 3.513-3.517) e nos autos 0001496-68.2018.8.24.0235 (fls. 3.519-3.520).

Decisão recebendo as objeções das fls. 3.353, 3.379-3.392, 3.393-3.407, 3.442-3.443, 3.444-3.445, 3.458-3.461 e 3.462-3.463 e convocando a Assembleia Geral de Credores; não recebendo as objeções das fls. 3.464-3.497 e 3.500-3.506; indeferindo pedidos de habilitações e a atualização das representações (fls. 3.535-3.536).

Concordância com o crédito (fl. 3.547).

Embargos de declaração (fls. 3.555-3.559).

Relatórios mensais elaborados pela administradora judicial (fls.



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

3.603-3.695).

Acórdão (fls. 3.730-3.733).

Concordância de crédito (fls. 3.734-3.735).

Habilitação de crédito (fls. 3.752-3.753).

A administradora judicial apresentou parecer (fls. 3.770-3.781).

Juntaram-se pedidos de desistência das objeções - fls. 3.782 (VALINE ACESSÓRIOS LTDA – EPP), 3.783 (AGILE DISTRIBUIDORA LTDA), 3.784 (DOCOL METAIS SANITÁRIOS LTDA), 3.786 (DAY BRASIL S.A), fl. 3.787 (ITAÚ UNIBANCO S.A).

Decisão não recebendo as objeções das fls. 3.538-3.540; deferindo o pedido de prorrogação do prazo de suspensão; não recebendo os pedidos de habilitação e homologando os pedidos de desistência das objeções da empresa VALINE ACESSÓRIOS LTDA – EPP (fls. 3.444-3.445 e 3.782), da empresa AGILE DISTRIBUIDORA LTDA (fls. 3.353 e 3.783), da empresa DOCOL METAIS SANITÁRIOS LTDA (fls. 3.462-3.463 e 3.784) e da empresa DAY BRASIL S.A. (fls. 3.442-3.443 e 3.786) e homologação do acordo das pgs. 3.788-3.790 e desistência do ITAÚ UNIBANCO S.A. (fls. 3.379-3.392 e 3.787) (fls. 3.791-3.794).

Acolheu-se os embargos de declaração para reconhecer a tempestividade da objeção das fls. 3.464-3.497 do BANCO SANTANDER – BRASIL S.A (fls. 3.795-3.796).

Impugnação ao crédito (fls. 3.856-3.866) e edital (fls. 3.925-3.926 e 3.930-3.931).

Aportou pedido da administradora judicial sobre a natureza do voto de abstenção na Assembleia Geral de Credores (fls. 3.922-3.923).

Sobreveio decisão determinando o desentranhamento da impugnação das fls. 3.865-3.866) e estabelecendo que eventual abstenção não será considerada para quórum de deliberação (fls. 3.943-3.946).

Cancelou-se a Assembleia Geral de Credores diante da não observância de prazo mínimo de publicação de edital (fl. 3.954).

Edital de intimação (fls. 3.955-3.956 e 3.982-3.984).

Informações da administradora judicial sobre a convocação de nova Assembleia Geral de Credores (fls. 3.969-3.972).



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

Comunicou-se a interposição de agravo (fls. 3.986-4.021) e sobreveio decisão monocrática (fls. 4.022-4.026).

Pedidos de habilitação de crédito trabalhista (fls. 4.027-4.028), de liberação de apresentação de CND's para recebimento de pagamentos da Administração Pública (fls. 4.088-4.094) e de compensação de créditos (fls. 4.168-4.170).

Publicação de edital de intimação (fls. 4.164-4.166 e 4.174-4.176).

Pedido de devolução de valores excedente com a venda de caminhões apreendidos (fls. 4.180-4.183), o que foi deferido (fls. 4.186-4.189). Na ocasião, determinou-se a intimação do administrador judicial para inscrição dos créditos trabalhistas no quadro-geral de credores e indeferiu-se os pedidos de habilitação. Ainda, deferiu-se o pedido de liberação de apresentação de certidões negativas de débitos para recebimento de serviços prestados à Administração Pública.

Juntou-se pagamento de custas com a publicação de edital (fl. 4.193-4.195) e decisão determinando a publicação de edital em jornal local (fl. 4.196).

O BANCO VOLVO (BRASIL) S.A demonstrou a devolução dos valores excedentes (fls. 4.199-4.200), sendo deferida a liberação por alvará judicial (fls. 4.212-4.213 e 4.214).

Aportou acórdão (fls. 4.205-4.211).

Pedido de desistência da objeção pelo BANCO SANTANDER – BRASIL S.A e cessão de crédito (fl. 4.215).

Sobreveio manifestação sobre o pedido de desistência das objeções do plano de recuperação judicial, homologação do plano de recuperação judicial e concessão da recuperação judicial pela administradora judicial (fls. 4.216-4.219).

Informações sobre a cessão de créditos pela empresa DOCOL METAIS SANITÁRIOS LTDA (fl. 4.220).

Relatórios mensais pela administradora judicial (fls. 4.423-4.309).

É o relatório.

Decido.

1. Da desistência da objeção

Da análise dos autos, verifica-se que o Banco Santander (Brasil) S.A.,



recuperação judicial.

Assim, CANCELO a assembleia geral de credores designada para o dia 28.8.2019 (fls. 3.969-3.972).

Intimem-se com urgência.

4. Da homologação do plano

Nesse aspecto, considerando a ausência de objeções, tomo por base as informações trazida aos autos pela Administradora Judicial nomeada por este juízo, a qual sugere a homologação do plano de recuperação judicial apresentado.

Sobre o assunto, disciplinam os artigos 57 e 58 da Lei 11.101/05:

Art. 57. Após a juntada aos autos do plano aprovado pela assembléia-geral de credores ou decorrido o prazo previsto no art. 55 desta Lei sem objeção de credores, o devedor apresentará certidões negativas de débitos tributários nos termos dos arts. 151, 205, 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Art. 58. Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano não tenha sofrido objeção de credor nos termos do art. 55 desta Lei ou tenha sido aprovado pela assembléia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei.

Registra-se que, quanto à aplicação do artigo 57, o Superior Tribunal de Justiça fixou o entendimento que não é aplicável a vedação da concessão de recuperação judicial pelo juiz, caso não apresentadas as certidões negativas de débitos tributários, em razão do princípio maior de preservação da atividade empresarial:

DIREITO EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXIGÊNCIA DE QUE A EMPRESA RECUPERANDA COMPROVE SUA REGULARIDADE TRIBUTÁRIA. ART. 57 DA LEI N. 11.101/2005 (LRF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica". 2. O art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e o art. 191-A do CTN devem ser interpretados à luz das novas diretrizes traçadas pelo legislador para as dívidas tributárias, com vistas, notadamente, à previsão legal de parcelamento do crédito tributário em benefício da empresa em recuperação, que é causa de suspensão da exigibilidade do tributo, nos termos do art. 151, inciso VI, do CTN. 3. O parcelamento tributário é direito da empresa em recuperação judicial que conduz a situação de regularidade fiscal, de modo que eventual descumprimento do que dispõe o art. 57 da



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

LRF só pode ser atribuído, ao menos imediatamente e por ora, à ausência de legislação específica que discipline o parcelamento em sede de recuperação judicial, não constituindo ônus do contribuinte, enquanto se fizer inerte o legislador, a apresentação de certidões de regularidade fiscal para que lhe seja concedida a recuperação. 4. Recurso especial não provido. (REsp 1187404/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 21/08/2013)

Assim, considerando a legalidade do plano apresentado e diante da ausência de objeções, a homologação do plano de recuperação judicial é medida que se impões.

Ante o exposto, nos termos do artigo 58 da Lei n. 11.101/2005, considerando a viabilidade do plano de recuperação judicial, devidamente reconhecida pelos próprios credores, **HOMOLOGO** o plano de recuperação e **CONCEDO** às empresas ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, JSA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA, JSA INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA, CERÂMICA JR LTDA, CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA e CONSTRUTORA ANDRADE LTDA, **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com fundamento no plano de recuperação apresentado.

Saliente-se que a presente decisão constitui título executivo judicial (artigo 59, §1º, da Lei 11.101/2005). As recuperandas permanecerão em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no respectivo plano que se vencerem até 02 (dois) anos depois da presente decisão.

Ressalte-se que, durante o mencionado período, o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convolação da recuperação em falência (artigo 61, §1º, e artigo 73 da Lei 11.101/2005).

Deverá o Administrador Judicial publicar a presente decisão em jornal de circulação regional nos termos do artigo 191 e parágrafo único da Lei 11.101/2005.

Das Determinações ao Cartório Judicial:

a) Publique-se a presente decisão e intinem-se os credores, através de edital a ser publicado no Diário Oficial e em jornal de circulação regional nos termos do artigo 191 da Lei 11.101/2005;

b) Nos termos do artigo 69 da Lei 11.101/2005 oficie-se à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina — JUCESC, para que anote nos registros



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

das Autoras a recuperação judicial concedida (artigo 69, parágrafo único, da Lei 11.101/2005), a qual deverá incluir, após o nome empresarial, a expressão "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL" em todos os negócios jurídicos que realizar.

Intimem-se as Recuperandas, o Ministério Público, o Administrador Judicial e as Fazendas Públicas.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 22 de agosto de 2019.

Luísa Rinaldi Silvestri
Juíza de Direito

Ao
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23475.001182/2020-15
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE
PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**
Item 7.10.1

A empresa **CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 09.234.560/0001-85, e Inscrição estadual nº 255.527.241, sediada à Rua Santa Catarina nº 651, Bairro Centro, Município de Herval D'Oeste – SC, por intermédio de seu representante legal Sra. **CLAUDIANE M.F. DE ANDRADE**, portadora da Carteira de Identidade nº 1333243, CPF nº. 479.912.759-49. **DECLARA** que para fins do disposto no inciso V do art. 27º da Lei 8.666/93, acrescidos pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Ressalva: salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. ()

Herval D'Oeste – SC, 14 de dezembro de 2020.



CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP.
CLAUDIANE M.F. DE ANDRADE
CPF nº 479.912.759-49
Sócia Administradora